



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE VALPAÇOS

ATA N.º 3/2025

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte cinco, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Valpaços.

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1) **Informação do Presidente da Câmara;**
- 2) **Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para apreciação e votação, do Relatório e Contas Consolidado do ano 2024;**
- 3) **Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da 3ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos do ano 2025;**
- 4) **Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Valpaços;**
- 5) **Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, do contrato interadministrativo de colaboração a celebrar entre o Instituto dos Registos e do Notariado e o Município de Valpaços.**

Composição da Mesa

Presidente: Sr. António Sernache de Sousa;

Primeiro Secretário: Prof.ª Maria Odete do Canto Cunha Gonçalves;

Segundo Secretário: Sr. António Escudeiro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão pelas catorze horas e trinta minutos. Procedeu-se à chamada dos Senhores Membros da Assembleia Municipal, verificando-se a presença de 40 (quarenta) e a ausência de 11 (onze), a saber:

António Queirós Simões;

António José Monsanto Glória;

Ivo Manuel Esteves Barreira;

Maria Julieta Teixeira Lino;

António José Castro Guimarães Moraes;
Bruno Jorge Fontoura Guedes;
Hernâni Teixeira de Sousa;
José Olímpio Moraes Pereira;
Artur Jorge Teixeira Alves;
Domingos Costa Vicente; e
Nuno Miguel Castro de Freitas.

Correspondência recebida

Solicitou a sua substituição, para a presente sessão, a Senhora Deputada, Dra. Isabel Barreira, tendo sido convocado, para a substituir, o Senhor Deputado Manuel Pinheiro.

Solicitou a sua substituição, para a presente sessão, o Senhor Manuel Pinheiro, tendo sido convocado, para o substituir, a Senhora Professora Julieta Lino.

O Senhor Deputado, Dr. Monsanto Glória, solicitou a relevação da falta à presente sessão.

O Presidente da Junta de Freguesia de Bouçoães, Senhor Eurico dos Anjos, comunicou que se vai fazer representar pelo seu substituto legal, o Senhor António Tabuada Taveira.

Em seguida, o Senhor Presidente da Assembleia pôs à discussão a ata relativa à sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e oito de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, enviada a todos os membros e abriu as inscrições para os Deputados interessados se poderem pronunciar sobre a mesma.

Por não haver intervenções, foi posta à votação, tendo a mesma sido **APROVADA POR MAIORIA COM DUAS ABSTENÇÕES**.

Em seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, decretou um minuto de silêncio em memória do pai da Senhora Deputada, Enf.^a Paula Xavier, falecido recentemente.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, apresentou um voto de louvor ao “Valpaços Futsal Club”, pela conquista do campeonato nacional da 3.ª divisão de Futsal, na época desportiva 2024/2025, simbolizando um marco histórico para o desporto no Concelho de Valpaços, sendo motivo de profundo orgulho para todos os valpacenses.

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação o voto de louvor, apresentado pela bancada do Partido Social Democrata, tendo o mesmo sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, apresentou, ainda, um voto de louvor ao bombeiro voluntário, Sr. António Augusto Gomes Cruz, com o número mecanográfico 17780088, nascido a 29 de maio de 1959, em reconhecimento da sua dedicação à causa pública, prestando relevantes serviços à comunidade, com altruísmo, profissionalismo, responsabilidade e espírito de missão ao longo dos seus 47 anos de serviço nos Bombeiros Voluntários de Valpaços. De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação o voto de louvor, apresentado pela bancada do Partido Social Democrata, tendo o mesmo sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

O Senhor Presidente da Assembleia, referiu que a Lei 75/2013, de 12 de setembro, que regula o regime jurídico das autarquias locais, refere, no n.º 2 do artigo 50.º (Objeto das deliberações), que *“Tratando-se de sessão ordinária de órgão deliberativo, e no caso de urgência reconhecida por dois terços dos seus membros, pode o mesmo deliberar sobre assuntos não incluídos na ordem do dia”*.

Assim, torne-se necessário inserir na ordem de trabalhos, o ponto seguinte para discussão e consequente votação:

“Proposta apresentada pela Câmara Municipal para discussão e votação, do pedido de autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais com vista à abertura do procedimento concursal relativo à elaboração do projeto de execução – 1.ª Fase - para o aproveitamento hidroagrícola de Maceiras”.

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou a inserção do assunto em apreço na ordem do trabalhos, tendo a mesma sido **APROVADA POR MAIORIA COM UM VOTO CONTRA, DA BANCADA DO PS**

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Canaveses, **Senhor Enf.º Miguel Valpaços**.

O Senhor Presidente da Junta, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, e porque esta poderá ser a última Assembleia deste mandato, o Senhor Deputado deixou um agradecimento especial à forma competente e dedicada como o Senhor Presidente da Câmara, António Joaquim de Medeiros, tem desempenhado as suas funções em prol da população.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Sebastião Vila das Neves**.

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida questionou se está projetada uma rampa de acesso para deficientes na obra do parque de estacionamento junto ao Estádio.

Constatou a falta de água na parte direita do rio Rabaçal, alertando para as consequências da abertura das comportas nesta época do ano.

Alertou para a perda de território do Concelho de Valpaços, nomeadamente na Serra da Padrela, em favor de Vila Pouca de Aguiar.

Questionou a existência de verbas destinadas à manutenção dos parques do jardim da Levandeira (Santuário N.ª Senhora da Saúde).

Assinalou o seu descontentamento com as obras de requalificação do cemitério velho, nomeadamente o assentamento de pedra que não corresponde aos padrões atuais.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Fernando Pessoa**.

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida destacou a realização, em Valpaços, da III Edição do Aqua Wine Fest, que engrandeceu a região, a sua população e os produtores de vinho do Concelho.

Assinalou, com orgulho e sentimento de dever cumprido, os seus 34 anos como membro desta Assembleia Municipal, eleito sempre pelo mesmo partido, que continuará a apoiar. Aos membros que venham a ser eleitos, no próximo ato eleitoral, desejou as melhores felicidades.

Reiterou o desejo antigo de ver um acesso condigno de Valpaços a Chaves e de Sonim a Fiães.

Por último, desejou a todos umas boas férias e umas boas festas de verão.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, António Joaquim de Medeiros**.

O Senhor Presidente Câmara, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais, e todos os presentes.

Resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Canaveses, Senhor Enf.º Miguel Valpaços.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu o elogio, assegurando que esta será seguramente a sua última ou a sua penúltima Assembleia.

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Sebastião Vila das Neves.

O Senhor Presidente da Câmara afirmou que a questão do parque da Levandeira já foi sobejamente discutida, recordando a existência de um contrato de comodato com a Igreja, por conseguinte, a manutenção do espaço é da responsabilidade da Autarquia.

Relativamente ao parque de estacionamento junto ao Estádio, assegurou que existe acesso para deficientes e estacionamento para deficientes.

O Senhor Presidente da Câmara, referiu que as comportas do rio Rabaçal foram abertas em março, por indicação do Instituto Ricardo Jorge, da Aquavalor, do IPB e da UTAD, para tratamento natural da água, encontrando-se por agora fechadas. Assegurou que o abastecimento de água à população nunca esteve em causa. Referiu, ainda, que as águas do rio Rabaçal são permanentemente monitorizadas por técnicos das entidades suprarreferidas.

Referiu que não tem qualquer conhecimento relativamente à apropriação ilegal de terras do Concelho por parte de concelhos vizinhos.

Relativamente às obras do cemitério velho, assegurou que se alguma anomalia for detetada, existe sempre a possibilidade de acionar a garantia da obra. Referiu que, neste momento, faltam apenas instalar os candeeiros que vêm de fora.

Por último, esclareceu que o reservatório de Maceiras se destina à rega de terrenos agrícolas, assim como aproveitamento da água para combate a incêndios.

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Fernando Pessoa.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que a feira Aqua Wine Fest, correu muito bem reconhecendo que existem aspetos a melhorar, nomeadamente a falta de sombras no espaço da feira.

Relativamente ao acesso de Valpaços a Chaves, mencionou que já se deslocou a Lisboa com o intuito de pôr em marcha a referida obra. Assegurou, ainda, que existe uma promessa do Senhor Ministro, Miguel Pinto Luz, aquando da sua deslocação a Valpaços, para a realização da obra.

Relativamente à estrada que liga Sonim a Fiães, recordou que o seu mandato está prestes a terminar e nada poderá fazer.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Informação do Presidente da Câmara.

Como tem sido usual e por forma a dar cumprimento à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, levo ao conhecimento desta Assembleia, nomeadamente o saldo e ao estado das dívidas a fornecedores e as reclamações, recursos hierárquicos, processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado e uma breve súmula da situação económico-financeira da autarquia, essencialmente sob o ponto de vista orçamental, reportada a maio do corrente ano de 2025.

Relativamente aos recursos disponíveis, concretamente ao dinheiro em bancos e cofre, o saldo das disponibilidades em 31 de maio de 2025 era de 9.748.803,42 euros, dos quais 7.436,12 euros encontravam-se nas caixas das tesourarias (tesouraria principal e serviço de águas) e 7.727.389,99 euros em contas bancárias tituladas em nome do município.

Do total das disponibilidades existentes em bancos, 1.403.068,11 euros dizem respeito a garantias e cauções prestadas no âmbito da execução de fornecimentos de bens e serviços e empreitadas.

No tocante às responsabilidades perante terceiros, no final do mês de maio a dívida a fornecedores era de 25.580,22 euros.

Ao nível dos empréstimos, a dívida era de 1.076.644,53 euros, a título de empréstimos de médio e longo prazo, o que já inclui o empréstimo contratualizado no âmbito do PAEL, cujo capital em dívida no final do mês de maio era de 287.026,76 euros.

Quanto ao endividamento, o limite da dívida total para o ano 2025, calculada nos termos do n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro é de 29.688.345,30 euros e a capacidade de endividamento para o ano 2025 é de 7.271.279,90 euros. Todavia, a Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano 2025, vem permitir, e de forma excecional, que a margem de endividamento seja aumentada para 40%, calculada nos termos da alínea b) do n.º 3 do art.º 52º da Lei das Finanças Locais, pelo que, e com esta prerrogativa, a capacidade de endividamento do município de Valpaços para o ano 2025 é de 12.875.546,25 euros.

Na ótica da execução orçamental, o orçamento inicial do município para o ano 2025, previa um total de receitas e despesas de 25.586.635 euros, sendo que as dotações corrigidas (fruto de alterações orçamentais) no final de maio eram de 32.524.681,28 euros.

Em maio, a receita cobrada bruta fixou-se nos 17.359.878,86 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 53,3%.

O total das receitas correntes brutas cobradas fixou-se em 8.726.461,83 euros (taxa de execução de 39,8%) e a receita de capital em 1.911.007,20 euros (taxa de execução de 49,0%).

Ao nível das despesas, foram pagos 7.069.210,52 euros (taxa de execução de 34,59%) de despesas correntes e 2.035.811,94 euros (taxa de execução de 16,84%) de despesas de capital, perfazendo um total de despesas pagas de 9.105.022,46 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 27,99%.

Os compromissos assumidos até ao final do mês de maio para a gerência de 2025, importam em 24.619.364,78 euros, dos quais foram pagos 9.105.022,46 euros, estando assim por pagar 15.514.342,32 euros de compromissos assumidos.

No tocante à execução do Plano Plurianual de Investimentos, o total dos compromissos assumidos até maio importam em 6.057.928,46 euros, tendo sido paga a importância de 1.523.279,33 euros, estando assim por pagar 4.534.649,13 euros.

O saldo para novos cabimentos era no final de maio de 2.386.203,43 euros, estando assim o PPI cabimentado em 77,48% da sua dotação disponível.

A execução financeira do PPI no final do mês de maio era de 14,38%.

No âmbito da regra do equilíbrio orçamental prevista no artigo 40º da Lei das Finanças Locais, em que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, no final de maio de 2025, o equilíbrio orçamental ao nível da execução financeira estava a ser cumprido.

Dar conhecimento a esta Assembleia dos processos judiciais em curso que contra o município incorrem, são eles:

Passivo contingente	255/13.0BEMDL	Águas do Norte - Consumos de água e tratamento de efluentes (a)	329 989,19	O município ganhou em 1ª instância, mas a contraparte recorreu para o TCA Norte.
Passivo contingente	22/15.7BEMDL	Águas do Norte - Consumos de água e tratamento de efluentes	831 388,01	O município ganhou em 1ª instância. A contraparte recorreu para o TCA Norte.
Passivo contingente	429/15.0BEMDL	Águas do Norte - Consumos de água e tratamento de efluentes	989 910,69	Aguarda sentença do TAF de Mirandela.
Passivo contingente	309/14.6BEMDL	Manuel Cardoso Bruno	275 000,00	O município ganhou em 1ª instância, mas a contraparte recorreu para o TCA Norte.
Passivo contingente	139/21.9BEMDL	Berta de Jesus Matosinhos	5 001,01	Não definido
Passivo contingente	446/24.9BEMDL	Ambienti D 'Interni	46.437,00	O operador económico ganhou no TAF. O Município recorreu para o TCA Norte.
Total Passivos Contingentes			2.477.725,90	

Referir ainda, e pelo facto do município ser a parte mais interessada, juntou-se à Autoridade Tributária na defesa de dois processos em que um contribuinte impugnou a nota de liquidação de IMI, no âmbito do imposto que incide sobre as barragens do rio Rabaçal – Rabaçal ponte de Rebordelo e Rabaçal Bouçoões.

Natureza	Nº Processo	Descrição	Estimativa do efeito financeiro	Momento possível do exfluxo ou influxo
Ativos contingentes	188/24.5BEMDL	PEBBCE Hydro - Consultoria, Investimento e Serviços, Unipessoal, Lda.	7 202,00/Ano	O Município ganhou no TAF de Mirandela. A contraparte recorreu para o TCA Norte
Ativos contingentes	189/24.3 BEMDL	PEBBCE Hydro - Consultoria, Investimento e Serviços, Unipessoal, Lda.	5 382,74/Ano	Não definido
Total Ativos Contingentes			12 584,74	

No âmbito dos apoios concedidos às Juntas de Freguesia, até ao final do mês de maio, a câmara municipal deliberou apoios monetários, no âmbito do regulamento de apoio às juntas de freguesia, dentro das possibilidades das finanças autarcas, no montante global de 271.059,74 euros.

Quando às obras que se mostram em curso, no final do mês de maio trazíamos em carteira 81 empreitadas que perfazem um montante global de 8.165.672,62 euros, tendo já sido executados 1.758.793,24 euros (21,54%), estando por executar 6.406.879,38 euros (78,46%).

Das 81 empreitadas, 61 delas ainda não tiveram qualquer execução financeira até ao final do mês de maio de 2025, como se demonstra:

Nome da Obra	Compromisso			Firma Adjudicatária	Trabalho	Trabalho a	Observações
	N.º	Data	Valor		executado	Executar	
Ampliação e reconversão do Centro de Dia de Fornos do Pinhal para ERPI	2608	26/07/2024	1 633 024,66	SOTERRA, LDA	131 938,07	1 501 086,59	Último auto nº 6
Construção de sanitários/balneários em Vassal	1402	03/05/2024	116 211,54	CHOOSE HAPPINESS UNIPessoal, LDA	82 237,47	33 974,07	Último auto nº 9
Beneficiação do cemitério velho de Valpaços	1577	15/05/2024	157 557,61	AMO MINHA CASA, LDA	129 412,75	28 144,86	Último auto nº 6
Saneamento em Sá	1888	11/06/2024	81 948,39	AMO MINHA CASA, LDA	51 833,26	30 115,13	Último auto nº 5
Rua da Fonte da Urze até ao Bairro do Souto em Carrizado de Montenegro	2119	25/06/2024	292 251,99	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.	139 133,93	153 118,06	Último auto nº 4
Rede de abastecimento de água em Barreiros	2164	25/06/2024	201 150,90	PROTON CUARZOS, LDA	131 350,00	69 800,90	Último auto nº 4
Largo da Festa em Quintela	2329	04/07/2024	90 738,65	SOCORPENA - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	49 162,80	41 575,85	Último auto nº 5
Aquisição de plataformas elevatórias para a melhoria das acessibilidades nos edifícios municipais	2196	28/06/2024	89 113,50	LIFTECH, SA	76 797,00	12 316,50	Último auto nº 2
Reparação e beneficiação da EM 543 da EN 213 a Tinhela e da EM 542 de Tinhela à EN 103	2654	30/07/2024	348 694,10	HIGINO PINHEIRO & IRMÃO, S.A.	128 795,30	219 898,80	Último auto nº 4
Reparação e beneficiação da EM 552 do cruzamento da M314 a S. João de Corveira	2830	26/08/2024	307 311,81	Socorpena	303 970,69	3 341,12	Último auto nº 6
Estabilização de emergência pós-incêndio Cortinhas - Freguesia de Carrizado e Curros	2868	30/08/2024	200 435,40	Custódio Pereira Areias Tender, S. A.	42 813,40	157 622,00	Último auto nº 3
Ampliação do cemitério em Água-Revés	3605	10/10/2024	56 566,86	NCX-CONSTRUÇÃO, ENGENHARIA E GESTÃO, LDA.		56 566,86	Consignada
Remodelação do edifício e arranjos exteriores do Centro de Saúde de Valpaços	2941	10/09/2024	421 244,00	OBRALICIANTE UNIPessoal, LDA	369 683,73	51 560,27	Último auto nº 8
Pavimentação e construção de muros de suporte e uma ponte na rua das Pereiras, em Deimãos	446	10/02/2025	60 067,13	GEOMETRIA VERTICAL - UNIPessoal LDA	0	60 067,13	Consignada
Alargamento do cemitério em Fornos do Pinhal	875	21/03/2025	39 123,54	BALTAZAR & FILHOS, LDA	27 468,84	11 654,70	Último auto nº 2
Construção da Casa Mortuária em Vale de Espinho	546	24/02/2025	82 674,70	COSTA DA CUNHA CONSTRUÇÕES UNIPessoal, LDA	29 976,80	52 697,90	Último auto nº 3
Arranjo urbanístico junto ao cemitério em Serapicos	547	24/02/2025	22 449,32	GEOMETRIA VERTICAL - UNIPessoal LDA		22 449,32	Consignada
Arruamentos no Bairro Santiago, em Veiga de Lila	734	07/03/2025	24 354,56	PINTO E BRITES, LDA	1 187,20	23 167,36	Último auto nº 1
Arranjo urbanístico junto do campo de futebol em Valpaços	801	18/03/2025	163 824,59	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.		163 824,59	Último auto nº 1
Instalação de Novo Sistema de Ar Condicionado no Edifício Paços do Concelho	545	24/02/2025	61 389,91	RBT - Construção, S.A.		61 389,91	Último auto nº 1

Calçamento da rua Central, em Esturões	483	19/02/2025	19 555,52	GEOMETRIA VERTICAL - UNIPESSOAL LDA		19 555,52	Consignada
Construção de passadeiras sobreelevadas na EN206, junto ao Bairro da Casa Branca, em Valpaços							Em concurso
Construção de passadeiras sobreelevadas na Avenida do Pinheiro Manso em Valpaços							Em concurso
Caminho de acesso à fossa séptica em Vilartão	706	06/03/2025	19 541,42	GEOMETRIA VERTICAL - UNIPESSOAL LDA		19 541,42	Consignada
Calçamento das bermas na EM 541-1 em Paranhos	876	21/03/2025	42 487,98	PINTO E BRITES, LDA	15 900,00	26 587,98	Último auto nº 1
Arranjo urbanístico no Senhor do Calvário em Água Revés	878	21/03/2025	90 667,10	SOTERRA, LDA	47 132,00	43 535,10	Último auto nº 2
Aquisição de duas viaturas ligeiras de passageiros	1549	21/05/2025	42 968,46	Renault Portugal		42 968,46	Adjudicada
Reabilitação do cemitério de São Pedro de Veiga de Lila							Em concurso
Reabilitação da antiga Escola Primária de Deimões	974	04/04/2025	83 723,20	CARMINO CARNEIRO CAPELAS UNIPESSOAL LDA,		83 723,20	Adjudicada
Aquisição de instalações sanitárias portáteis	916	01/04/2025	33 305,20	BRICANTEL-COM. MATERIAL ELCTRICO DE BRAGANCA, LDA.		33 305,20	Adjudicada
Pavimentação da Rua do Atalho em Vassal	928	01/04/2025	53 018,07	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.		53 018,07	Consignada
Pavimentação da rua N.ª Sra. da Fonte, em Friões	941	02/04/2025	94 349,70	TÂMEGA TRANS, LDA.		94 349,70	Consignada
Execução de muros de suporte na EM 552, junto a São João de Corveira	987	08/04/2025	51 704,68	AMO MINHA CASA, LDA		51 704,68	Consignada
Repavimentação de troço da rua cidade de Bettembourg, em Valpaços	1077	15/04/2025	81 541,26	Custódio Pereira Areias Tender, S. A.		81 541,26	Adjudicada
Arranjo urbanístico junto à escola em Vilartão	1452	14/05/2025	19 999,13	NCX-CONSTRUÇÃO, ENGENHARIA E GESTÃO, LDA.		19 999,13	Adjudicada
Arranjo da envolvente ao pavilhão de Vilarandelo	1150	30/04/2025	15 468,16	DOMO FUN GRASS PORTUGAL, LDA		15 468,16	Adjudicada
Repavimentação de um troço na Av.ª Engª Castro Saraiva em Valpaços	1080	21/04/2025	48 994,26	Custódio Pereira Areias Tender, S. A.		48 994,26	Adjudicada
Arruamentos na Rua Principal em Vale do Campo	880	24/03/2025	60 279,02	CONCEICAO CARDOSO & FILHOS		60 279,02	Consignada
Construção de passeios junto à Escola Secundária, em Valpaços	1185	07/05/2025	44 756,63	ENGIVALMENDES - CONSTRUÇÃO CIVIL E SOLUÇÕES DE ENGENHARIA, LDA		44 756,63	Adjudicada
Repavimentação da rotunda junto à Rua do Tramagal, Av.ª da Levandeira e Rua João XXI	1144	29/04/2025	92 027,50	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.		92 027,50	Adjudicada
Pavimentação da Rua da Seara em Lebução	1158	02/05/2025	21 957,90	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.		21 957,90	Adjudicada
Abastecimento de água ao Barracão	1145	29/04/2025	47 980,84	CONCEICAO CARDOSO & FILHOS		47 980,84	Adjudicada
Trabalhos de reabilitação do pavimento do CM 1093 entre Fiães e Tortomil	1174	05/05/2025	32 819,72	CONSERVAL, CONSERVAÇÃO ESTRADAS LDA.		32 819,72	Adjudicada

Repavimentação de um troço do CM 1096, entre Monsalvarga e o cruzamento de Alfonge	1173	05/05/2025	91 632,88	CONSERVAL, CONSERVAÇÃO ESTRADAS LDA.		91 632,88	Adjudicada
Arranjo urbanístico e alargamento de rua em Alpande	1515	16/05/2025	45 262,00	CONSTRUÇÕES SOLAR DA FIGADOSA, LDA		45 262,00	Adjudicada
Calçamento do largo junto à capela em Vilarinho (Friões)	1183	07/05/2025	19 063,09	GEOMETRIA VERTICAL - UNIPESSOAL LDA		19 063,09	Adjudicada
Pavimentação da estrada que liga Tinhela a Agordela	1186	08/05/2025	199 494,12	PROTON CUARZOS, LDA		199 494,12	Adjudicada
Abastecimento de água a Avarenta	1427	14/05/2025	68 817,50	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.		68 817,50	Adjudicada
Substituição do pavimento do campo de jogos do Pavilhão Desportivo de Valpaços (Requalificação do Pavilhão Desportivo de Valpaços)							Em concurso
Repavimentação do acesso a Vale de Espinho	1435	14/05/2025	86 008,40	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.		86 008,40	Adjudicada
Pavimentação em betuminoso em Fiães	1510	16/05/2025	59 322,90	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.		59 322,90	Adjudicada
Pavimentação da Rua Direita em Argeriz	1511	16/05/2025	76 913,60	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.		76 913,60	Adjudicada
Arranjo envolvente ao edifício do Alojamento Local, em Possacos (2ª fase)	1649	27/05/2025	68 370,00	CONSTRUÇÕES SOLAR DA FIGADOSA, LDA		68 370,00	Adjudicada
Arranjo urbanístico na envolvente ao Posto Médico, em Lebução	1637	27/05/2025	48 007,40	COSTA DA CUNHA CONSTRUÇÕES UNIPESSOAL, LDA		48 007,40	Adjudicada
Calçamento em Sadoncelho							Em concurso
Rua do Lameirão, em Silva	1541	20/05/2025	100 622,09	CONCEICAO CARDOSO & FILHOS		100 622,09	Adjudicada
Calçamento em Ervões	1540	20/05/2025	29 377,90	CONSERVAL, CONSERVAÇÃO ESTRADAS LDA.		29 377,90	Adjudicada
Calçamento em Lilela	1671	28/05/2025	28 296,70	BALTAZAR & FILHOS, LDA		28 296,70	Adjudicada
Arruamentos na Rua Sra. Da Saúde, em Valpaços	1670	28/05/2025	21 039,94	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.		21 039,94	Adjudicada
Pavimentação no bairro da taberna, em Vilarinho do Monte							Em concurso
Calçamento no Bairro de Baixo em Rio Torto	1718	03/06/2025	19 273,98	GEOMETRIA VERTICAL - UNIPESSOAL LDA		19 273,98	Adjudicada
Pavimentação na Rua do Adro em Possacos	1692	30/05/2025	41 529,34	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.		41 529,34	Adjudicada
Aquisição do sistema de gestão e controlo de parque de autocaravanas (software e hardware especializado)							Em concurso
Calçamento junto à fonte, em Aveleda							Em concurso
Pavimentação de arruamento em Avarenta	1698	02/06/2025	19 289,03	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.		19 289,03	Adjudicada
Rede de abastecimento de água em Esturões	1717	03/06/2025	11 188,52	DELMAR RODRIGUES, MÁQUINAS E ESCAVAÇÕES - UNIPESSOAL, LDª		11 188,52	Adjudicada
Calçamento da Rua Rigueiro Souto de Cima em Bouçoães	1770	09/06/2025	23 803,36	CONSERVAL, CONSERVAÇÃO ESTRADAS LDA.		23 803,36	Adjudicada

Colocação de guardas de segurança na EM543 entre Lamas de Ouriço e Alvarelhos							Em concurso
Pavimentação de alargamento no CM544-1	1771	09/06/2025	16 004,68	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.		16 004,68	Adjudicada
Pavimentação do caminho do Gidro em Lagoas	1772	09/06/2025	90 846,77	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.		90 846,77	Adjudicada
Requalificação dos parques infantis do concelho							Em concurso
Calcetamento da Rua 24 de Agosto, em Água Revés							Em concurso
Construção de um muro de suporte na rua da Ponte, em Alvites							Em concurso
Abertura de arruamento com ligação da Rua da Escola à Rua da Portela em Vilarandelo							Em concurso
Construção de passeios e muro junto à estrada, em Serapicos							Em concurso
Pavimentação da Rua da Portela em Vassal							Em concurso
Pavimentação na rua da Maceira e da Travessa da Maceira, em Santa Valha							Em concurso
Construção de passeios na EM 544, na saída de Santa Valha para Pardelinha							Em concurso
Reabilitação da antiga escola primária de Frutuoso							Em concurso
Requalificação das ruas com piso danificado em Santa Maria de Émeres (2ª fase)							Em concurso
Beneficiação da antiga escola primária de Serapicos							Em concurso

Dar ainda nota que nestes dois últimos meses foram realizados alguns certames, que promoveram e divulgaram o nosso território e o que de melhor temos.

A 6ª Feira do Cebolo em Vassal, realizada a 4 de maio. É uma feira que se tem vindo a afirmar. O cebolo é um produto que a grande maioria dos que têm hortas procuram.

A IV edição da Festa da Cereja em Argeriz, realizada nos dias 7 e 8 de junho, onde a Cereja é o ex-libris da Freguesia de Argeriz.

A feira dos pequenos frutos, que já vai na sua 3ª Edição, que decorreu no passado dia 22 de junho, onde a valorização dos produtos locais e a promoção da identidade do nosso território são o mote principal.

Neste último fim-de-semana teve lugar mais uma edição do «AquaWineFest», no largo da feira em Valpaços. Como certamente são conhecedores, trata-se de um evento organizado no âmbito da Comunidade Intermunicipal, que já vai na sua 3ª edição, sendo que a 1ª foi igualmente em Valpaços. É um evento que começa a assumir alguma dimensão, inteiramente dedicado aos vinhos e águas do território do Alto Tâmega e Barroso.

Destacar, igualmente, o 14º Concurso de vinhos, promovido pela Comissão Vitivinícola Regional de Trás-os-Montes, que contou com o apoio da câmara municipal. Os vinhos de Valpaços continuam a dar cartas. Dos prémios atribuídos, o concelho de Valpaços arrecadou um prémio prestígio e 15 medalhas de ouro. Estão de parabéns os vitivinicultores premiados.

Lembrar que na 1ª semana do próximo mês de agosto, de 4 a 8 de agosto, vamos ter já a tradicional Feira Franca de Valpaços. Um evento que atrai muita gente em torno dos Paços do Concelho, e que contará com a habitual animação e gastronomia.

Não esquecer, este ano ligeiramente após o nosso querido mês de agosto, as Festas do concelho de Valpaços, de 2 a 7 de setembro, com um cartaz bastante convidativo e que muito visitante atrai à cidade de Valpaços.

As nossas piscinas municipais exteriores já abriram ao público, no passado dia 23 de junho, e que vão funcionar todos os dias da semana, das 10 h às 19:30 h. Estimando-se o seu encerramento na 1ª semana de setembro.

Teremos os habituais programas de verão: Férias em grande; domingos em forma; vigilância na praia fluvial do Rabaçal.

E mais para o final do verão, as eleições autárquicas, que desejo que a todos corram bem!

Por último, destacar os inúmeros prémios que os azeites da Cooperatiava dos Olivicultores de Valpaços têm arrecadado pelos quatro cantos do mundo.

2 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para apreciação e votação, do Relatório e Contas Consolidado do ano 2024.

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, prevê a obrigatoriedade de os municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, considerando-se que o grupo autárquico é composto por um município, ou uma entidade intermunicipal, ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta.

O município de Valpaços detém participações financeiras em 13 entidades, públicas e privadas, mas apenas uma é incluída no seu perímetro de consolidação obrigatório. Em conformidade com o art.º 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o perímetro de consolidação é constituído pela entidade «EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.», que à luz da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, é uma empresa local.

O relatório e contas consolidado do Município de Valpaços refere-se à combinação das demonstrações financeiras da Câmara Municipal, com as suas participadas, ou seja, com aquelas entidades em que o Município de Valpaços detém participações financeiras.

A consolidação das contas permite-nos oferecer uma visão global, rigorosa e coerente da situação patrimonial, dos resultados e dos fluxos de caixa do grupo, eliminando os efeitos de transações internas e reforçando a fidelidade das demonstrações financeiras.

O relatório consolidado apresenta, assim, uma visão unificada da situação financeira e do desempenho económico do grupo como um todo, produzindo uma imagem financeira mais precisa e abrange o grupo como um todo, evitando a necessidade de analisar múltiplas demonstrações financeiras de diferentes entidades e proporcionando uma única visão integrada e consolidada das operações financeiras da Câmara Municipal.

Estas contas consolidadas, incluem os ativos e passivos das entidades pertença ao perímetro de consolidação, às quais se aplicam os procedimentos contabilísticos inerentes à consolidação de contas, proporcionando uma avaliação completa do desempenho geral.

Trata-se de um documento do foro técnico-financeiro, que passarei a sintetizar.

A EHATB é detida em partes iguais pelos seis municípios do Alto-Tâmega e Barroso. Atendendo a que existe por parte dos municípios controlo na sua gestão, procedeu-se à consolidação de contas entre o município de Valpaços e a empresa local «EHATB». O método utilizado na consolidação de contas, e como é bem explicado no relatório, é o *Método de equivalência* Patrimonial, por se entender que existe influência significativa nas tomadas de decisão dos municípios sobre a empresa. O Método de Equivalência Patrimonial é aplicado no município participante, quer nas contas individuais, quer nas contas consolidadas, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, como determina o n.º 6 do art.º 75º do Regime Financeiros das Autarquias Locais.

O Relatório de Atividades e Contas Consolidado acusa no balanço consolidado um total do ativo 109.301.262,49€, um total do passivo 4.826.590,85€ e um património líquido no valor de 104.474.671,64€.

Apresenta na demonstração consolidada de resultados um Resultado Líquido do Período positivo de 149.977,92€.

O desempenho orçamental evidencia um saldo orçamental a transitar para a gerência de 2025 de 6.722.409,83€, enquanto que o saldo transitado para a gerência de 2024 foi de 6.590.858,30€. A receita arrecadada em 2024 foi de 24.899.349,07€ e a despesa paga 24.388.460,75€.

O Anexo às demonstrações financeiras consolidadas evidencia, com detalhe, a explicação de cada item das contas em consonância com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro aplicadas às entidades públicas.

É o que me cumpre informar.

De seguida, e não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR MAIORIA COM 35 VOTAS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO**.

3 - Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da 3ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos do ano 2025.

Considerando que os documentos previsionais podem ser objeto de revisões e alterações.

Atendendo a que há a necessidade de introduzir no nosso Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2025, 7 novos projetos que inicialmente não estavam previstos, concretamente:

- Reconversão do centro escolar de Carrazedo de Montenegro (Instalação de creche);
- Revisão de preços – Requalificação do cemitério novo de Valpaços;
- Revisão de preços – Pavimentação da rua Joaquim Aires, em Carrazedo de Montenegro;
- Revisão de preços – Arruamentos na travessa São José e rua da Capela, em Zebras;
- Revisão de preços – Arruamentos em Canaveses;
- Revisão de preços – Construção de muro de suporte na rua Maria Vitória Ferrão Aires, em St.ª Maria de Émeres;
- Revisão de preços – Arruamentos em São João da Corveira.

Por forma a podermos executar esses projetos, reduzimos às dotações em outros 2 projetos, por se entender que possam não ter a execução esperada, atendendo ao avançar do ano e da natureza dos trabalhos inerentes à sua construção.

Dizer que os 6 novos projetos de revisão de preços, prendem-se com a necessidade de pagar revisões de preços a favor dos empreiteiros que executaram as referidas obras, não existindo para tal no nosso PPI o projeto que possa acomodar essas despesas.

É o que me cumpre informar.

De seguida, e não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR MAIORIA COM UMA ABSTENÇÃO**.

4 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Valpaços.

(Proposta apresentada pelo senhor Vice-Presidente da Câmara, Eng.º Jorge Pires)

O Plano do Diretor Municipal passou por dois períodos de consulta pública e esteve à disposição de todos os cidadãos do Concelho e não só. A revisão do PDM é motivada pela imposição legal de incorporar as regras de classificação e qualificação dos solos previstos no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, o RJIGT, que foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 80 de 2015, de 14 de maio, conjugado com a Lei de Bases da Política dos Solos, a Lei nº 31 de 2014, de 30 de maio, na sua atual redação. Na sua publicação original, o RJIGT previa um prazo de 5 anos para que as autarquias se ajustassem e efetuassem a adaptação dos Planos Municipais às novas regras de classificação e qualificação do solo, estabelecendo como limite um prazo de 5 anos.

No entanto, o Relatório do Ordenamento do Território, o REOT, do PDM de Valpaços, não sugeria a adaptação, mas sim uma revisão, que é um processo muito mais complexo, muito mais moroso, e diga-se que mesmo assim, com esta complexidade toda, decorreu dentro dos prazos que nós estabelecemos e dentro de prazos aceitáveis. E o que é afinal esta requalificação do solo e o fim dos espaços urbanizáveis? A alteração do regime jurídico, o RJIGT, que ocorreu em 2015, introduziu mudanças significativas no ordenamento do território, especialmente no que diz respeito à classificação e à requalificação do solo. E uma das alterações mais marcantes foi a eliminação da classificação dos solos a espaços urbanizáveis, ou seja, aquilo que se previa.

O Plano Diretor Municipal entrou em vigor ou foi eficaz desde março de 2008, e está suspenso, agora, por motivos de revisão deste. Assim, em 2015 havia o solo urbano, o solo urbanizável e o solo rural. Com a revisão do RJIGT, passamos a ter apenas uma classificação binária, ou é solo urbano ou é solo rústico. Esta alteração teve um impacto direto nos planos diretores municipais, obrigando à sua reestruturação, para se alinhar com o novo regime e passando a exigir uma justificação sólida.

Esta alteração apresenta como principais objetivos evitar a dispersão urbana e o consumo excessivo de solo, promover um modelo de ordenamento mais sustentável e coerente e reduzir o excesso de solo classificado para urbanização. Muitas vezes sem necessidade real, que é aquilo que se passa nos 308 concelhos do país.

Esta revisão do PDM foi estruturada em diferentes fases e foram definidas de forma objetiva e sequencial. A 17 de janeiro de 2019 e 13 de fevereiro publicámos o aviso do Diário da República, onde dávamos início, então, a esta caminhada, a este processo de revisão do PDM. Tivemos o primeiro período de participação pública, que é uma participação pública preventiva, entre 14 de fevereiro e 6 de março de 2019.

No entanto, a autarquia, disponibilizou técnicos municipais para fazerem atendimentos presenciais aos interessados e à receção de sugestões durante o processo de revisão, em que houve o acompanhamento da revisão e que foi sempre, mas sempre, assegurada pela comissão consultiva, no qual estiveram várias, entidades da administração pública e que tutelam os

interesses setoriais que salvaguardam a gestão do território. Esta comissão consultiva era constituída pela Comissão de Coordenação, pela Direção-Geral do Ordenamento do Território, pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente) pelo ICNF, pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, pela DGADR (Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural), pela Direção-Geral de Cultura, as Infraestruturas Portugal, o Instituto de Mobilidade e dos Transportes Terrestres, a Autoridade Nacional de Proteção Civil, a Agência para a Competitividade e Inovação, a Direção-Geral de Energia e Geologia, o Turismo de Portugal, o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, a Administração Regional de Saúde do Norte, a REN (Rede Elétrica Nacional), a Autoridade Nacional de Comunicações, a Assembleia Municipal de Valpaços, em que o representante foi votado aqui, o deputado Senhor Vítor Nogaró, a Câmara Municipal de Valpaços, a Câmara Municipal de Chaves, de Mirandela, de Murca, de Vinhais e de Vila Pouca de Aguiar. Logo, todos os concelhos que confinam geograficamente com o concelho de Valpaços, porque são também parte interessada neste plano, tal como nós somos parte interessada no PDM desses concelhos, para garantir que há uma continuidade na gestão do território e mesmo na classificação de espaços.

A caracterização, a estratégia e a proposta do plano mais à avaliação estratégica decorreu no período entre 2019 e 2024. Foram, neste período, realizadas uma série de reuniões setoriais com todas estas entidades anteriormente mencionadas no sentido de ir apurando o plano e apertar a malha, Destarte, o PDM não é só da Câmara Municipal. É uma proposta da Câmara Municipal, liderada pela Comissão de Coordenação, que engloba inúmeras entidades, e nós temos que respeitar todas estas entidades que fazem parte da Comissão Consultiva.

A 21 de junho de 2022 realizou-se a primeira reunião plenária da Comissão Consultiva, na qual foi apresentada uma versão preliminar da proposta do PDM, tendo a maioria das entidades emitido o parecer com recomendações e correções - a alteração do plano. A delimitação das áreas edificáveis, que é a base da proposta desta alteração, foi um trabalho demorado, de concertação com a Comissão de Coordenação e com as juntas de freguesia, que também foram ouvidas neste processo, porque são parte interessada, durante o qual foram enviadas várias versões para análise à Comissão de Coordenação. Durante a elaboração da proposta do PDM realizaram-se várias reuniões setoriais com as entidades da Comissão Consultiva, como disse, designadamente a Comissão de Coordenação, o Ministério da Agricultura, o Ministério do Ambiente, a Agência Portuguesa do Ambiente, o ICNF e o Património Cultural.

Foi efetuada a delimitação da Reserva Agrícola Nacional, a Reserva Ecológica Bruta e a respectiva proposta de exclusões da RAN por razões de ordenamento do território, a qual foi aprovada pela, agora a CCDR, a ex-DRAP Norte. A delimitação da Reserva Ecológica Bruta foi

também um trabalho muito, mas muito demorado, de concertação com a CCDR e com a Agência Portuguesa do Ambiente, uma vez que demorou mais de três anos a ser aprovada, tendo sido necessário elaborar oito versões. E porquê? Porque isto incluiu um estudo e um trabalho referente ao estudo hidrológico e hidráulico em seis locais no Concelho, no âmbito da delimitação de zonas ameaçadas pelas cheias.

Os pontos em estudo estão todos situados em afluentes da margem direita do Rabaçal. O ponto um é no curso de água de Rio Torto, afluente direto do Rabaçal. O ponto dois e três localizam-se nas ribeiras de Midões e de Lila, afluentes do Rio Torto.

O ponto quatro, na ribeira de Canaveses, e o ponto cinco, na ribeira de Lila, ambos pertencentes à bacia hidrográfica do Rio Torto. E o ponto seis, na linha de água do Rio Calvo, outro afluente direto do Rabaçal. E porquê que foram feitos estes estudos? Midões, Tinhela, Curros, têm habitações que ficam dentro do leito de cheia, isto obriga-nos a estudos adicionais, daí, a reserva ecológica ter sido muito mais demorada, cerca de três anos ou três anos e meio, até à sua conclusão.

Dizer-vos também que, atualmente, no PDM que está em vigor, que foi aprovado em 2008, a área que tínhamos em perímetro urbano são de, 1.442 hectares, distribuídos por todos os aglomerados populacionais do concelho. Nesta revisão, temos uma área de perímetro urbano de 2.098 hectares. Mesmo excluindo os solos urbanizáveis, nós conseguimos garantir, pelo menos, que havia local nas aldeias, nas vilas e na sede do Concelho, para o crescimento e para a habitação.

Até porque aquela regra que havia dos 5.000 metros, ou construção fora dos perímetros urbanos, isso acaba no dia 2, ou melhor, acaba quando o PDM for eficaz com a publicação em Diário da República. Em termos de REN total, houve um decréscimo. Tínhamos cerca de 15.000 hectares na versão de 2008.

Na versão de 2025, temos 12.800 hectares. Houve aqui uma redução de cerca de 2.000 hectares. A RAN, a Reserva Agrícola Nacional, tínhamos em 2008, 6.118 hectares.

Temos, na versão de 2025, 21.516 hectares. Refira-se que o Concelho de Valpaços tem 55.000, temos 21.000 hectares. Houve depois concertação, reuniões plenárias, parceiros da comissão consultiva, em 21 de junho de 2022 e em 15 de janeiro de 2025, que culminou com o parceiro final, com a aprovação final por parte da comissão de coordenação, em 4 de fevereiro de 2025.

Tivemos um período, o último período de consulta pública, que decorreu entre 20 de março de 2025 e 18 de abril de 2025, e aqui introduzimos uma novidade, porque, entendeu este executivo que devia ser assim, que o período de consulta pública não fosse a dias úteis, mas fosse 30 dias seguidos, para permitir que quem está fora, quem vem ao fim de semana e quem vem cá nas férias da Páscoa, ter também a oportunidade de consultar o PDM e dar um contributo ou fazer a

participação necessária ou reclamações que entenderem. Dizer-vos que durante o período de consulta foram cerca de 500 consultas feitas que se traduziram em 62 participações escritas. Destas 62 participações públicas que houve, 51 tinham a ver com a integração de solo urbano ou aglomerado rural, 5% delas de integração em espaço e ocupação turística, 6% acertos ou exclusão diária de execução programada, 2% em requalificação urbana, 2% em aspectos relevantes.

Dos resultados das 62 participações apresentadas, salienta-se que 24% não foram atendidas ou por natureza de ordenamento ou porque havia restrições de utilidade pública, 55 foram atendidas na íntegra e 21 foram atendidas parcialmente. A apresentação pública do PDM ocorreu no dia 7 de abril de 2025 e que foi conduzida pela equipa técnica responsável pela revisão do PDM, em conjunto com o Executivo Municipal e teve o intuito de partilhar com a população os conteúdos, os objetivos, os impactos do plano que orientará naturalmente o desenvolvimento urbano e rural do município para os próximos 10 anos que eu não acredito que dentro de 2 ou 3 anos provavelmente estaremos aqui a preparar uma nova revisão com a alteração legislativa que se está a preparar, provavelmente teremos que adaptar os planos de gestão nalguma situação ou outra. Foi aprovada na última reunião do Executivo Municipal, vem hoje aqui para ser aprovada em Assembleia, se merecer a aprovação dos membros da Assembleia Municipal e segue amanhã de imediato se for aprovada para o Diário da República.

É tudo o que me compre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção do Deputado Municipal Senhor Vítor Nogaró.

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, instou o senhor Presidente da Assembleia para que se cumpra a lei e convoque a Assembleia de setembro, tanto que as eleições só são a 12 de outubro, correndo tudo bem, os próximos órgãos municipais entrarão em funções lá para princípios de novembro. É, pois, cedo para fazer despedidas.

Recordou que o último PDM, de 2009, do seu tempo, está mais que desajustado das necessidades da atual realidade do Concelho. Os PDMs devem acompanhar, não só a evolução da realidade e

necessidades do Concelho, como a nova legislação, entretanto produzida, nomeadamente em 2015. A Câmara Municipal iniciou o processo de revisão em 2019. Esta revisão, além de vários objetivos, os principais são: o ajustamento à legislação atualmente em vigor e satisfazer os compromissos assumidos, nomeadamente no perímetro urbano.

Parabenizou a Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente, pela celeridade com que decorreu o processo. São várias as entidades a participar no processo coordenado pela Comissão de Coordenação Norte. O mais moroso e complicado foi a definição da REN, como já disse aqui o Sr. Vice-Presidente, por causa das linhas de água afluentes ao rio Rabaçal. As razões, ele já explicou, foi o processo mais lento, que demorou, passou de três anos, o que com certeza atrasou todo este processo. Neste processo, merece destaque o Sr. Vice-Presidente, Eng.º Jorge Pires, responsável pelo urbanismo, pelo empenho que pôs na celeridade do processo, para que entrasse em vigor ainda neste mandato, satisfazendo, assim, vários compromissos.

A grande maioria dos PDMs demoram o dobro do tempo que o nosso processo demorou, até serem aprovados. No PDM anterior, a área da RAN era, à volta dos 6.000 hectares quadrados de área, e agora é à volta de 21.500 hectares. Pelo que pedia, para se esclarecer, como é que se justifica esta diferença? Os interesses dos agricultores ficam salvaguardados?

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Eng.º Jorge Pires**.

Resposta ao Deputado Municipal Senhor Vítor Nogaró.

O Senhor Vice-presidente da Câmara assegurou que interesses dos agricultores estão sempre salvaguardados. É decorrente da própria legislação, sempre que haja um agricultor ou um investidor que queira fazer qualquer intervenção relacionada com investimentos do setor agrícola, nunca é prejudicado, porque isto está salvaguardado e é decorrente da lei da reserva agrícola. Os investimentos para a exploração agrícola e os investimentos para o turismo, também estão salvaguardados. Se é um agricultor que tem 2 ou 3 mil metros quadrados, num terreno de batatas, ou num terreno de centeio, ou numa vinha, aí já terá mais dificuldade porque nós salvaguardamos terreno urbano para isso. Todos os investimentos na exploração agrícola estão salvaguardados, desde pecuárias, armazéns de apoio à atividade agrícola, agro-indústria, esse processo, esses investimentos estão salvaguardados. E porque é que houve um aumento tão grande na área agrícola? Pela característica do nosso concelho. O nosso concelho tem uma superfície agrícola útil muito grande, também por isso, o Ministério da Agricultura procurou classificar a reserva agrícola de acordo com os investimentos agrícolas que foram feitos no Concelho. Nós temos inúmeros projetos agrícolas em que estão identificados no parcelário, e

onde houve essa intervenção, e onde nós recebemos subsídios, pagamento único, agroambientais, é tudo classificado como área de reserva agrícola, o que não me choca, antes pelo contrário, ainda bem que esses terrenos agrícolas estão salvaguardados, porque isso é um património que é nosso.

Intervenção do Deputado Municipal Senhor Sebastião Vila das Neves.

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Relativamente a este ponto da reserva agrícola, não sabemos bem qual é a punição que o Presidente de Câmara considera, no caso de haver falta e por isso há aqui uma indecisão em termos de código de conduta da área, quem abusa ou quem vai punir. Por isso mesmo, acho que nos vamos abster.

Resposta ao Deputado Municipal Senhor Sebastião Vila das Neves

O Senhor Vice-presidente da Câmara referiu que a responsabilidade da gestão da reserva agrícola é da Câmara Municipal, e agora da CCDR. Se a justificação para se abster num documento tão importante como é o PDM, é a ausência de quem fiscalize a reserva agrícola, pode ficar tranquilo que o Ministério da Agricultura e a Câmara Municipal são responsáveis pela fiscalização. Até porque qualquer investimento que é feito, carece sempre de parecer da Comissão de Coordenação.

De seguida, e não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR MAIORIA COM DUAS ABSTENÇÕES DOS MEMBROS DO PARTIDO SOCIALISTA.**

5 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, do contrato interadministrativo de colaboração a celebrar entre o Instituto dos Registos e do Notariado e o Município de Valpaços.

Atendendo ao pedido de mobilidade de uma trabalhadora com vínculo de emprego público com a Câmara Municipal de Valpaços, que pretende vir a exercer funções no Instituto dos Registos e do Notariado de Valpaços, foi elaborado pelo Instituto o «Contrato Interadministrativo de

Colaboração» que certamente tiveram oportunidade de analisar, e que hoje se encontra aqui em discussão.

Este contrato interadministrativo assenta num acordo de mobilidade na categoria de Assistente Técnico, de uma trabalhadora pertencente aos quadros do pessoal da autarquia de Valpaços, para o Instituto dos Registos e do Notariado de Valpaços.

De referir que o Instituto dos Registos e do Notariado recebe a trabalhadora em regime de mobilidade, suportando os respetivos encargos, por um período de 18 meses, ficando a sua eventual consolidação nos quadros do pessoal do Instituto, no caso das três partes envolvidas, Trabalhadora, Câmara Municipal e Instituto dos Registos e do Notariado, assim concordarem.

Portanto, há uma vontade por parte da trabalhadora em ir exercer funções para a Instituto dos Registos e do Notariado de Valpaços. Há vontade do Instituto dos Registos e do Notariado de Valpaços em receber a trabalhadora. E perante estes dois cenários, a câmara municipal também anuiu com essas vontades.

Assim sendo, o contrato hoje aqui em discussão, visa a transferência, primeiramente de forma temporária, da trabalhadora da Câmara Municipal para o Instituto dos Registos e do Notariado de Valpaços, e posteriormente, caso seja essa a vontade das três partes envolvidas, a sua transferência de forma definitiva.

Dizer ainda, que já houve outros trabalhadores que pediram a mobilidade, quer para outras câmaras municipais, para os serviços da administração centrais, quer para a Autoridade Tributária e Aduaneira, não sendo necessário este formalismo do contrato interadministrativo; todavia, o Instituto dos Registos e do Notariado optou por esta via, razão pela qual vem este assunto aqui à Assembleia Municipal.

É o que me cumpre informar.

De seguida, e não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

6 - Proposta apresentada pela Câmara Municipal para discussão e votação, do pedido de autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais com vista à abertura do procedimento concursal relativo à elaboração do projeto de execução – 1.ª Fase - para o aproveitamento hidroagrícola de Maceiras.

A proposta que vem hoje a esta Assembleia diz respeito apenas à feitura do projeto da barragem hidroagrícola que será objeto de concurso público internacional. Sendo o seu valor superior a

100 mil euros, e porque os encargos estimados vão para além do exercício orçamental de 2025, torna-se necessário que esta assembleia autorize a assunção de compromissos plurianuais.

Dizer ainda que esta obra ficará ligada, na sua fase inicial, ao Dr. Luís Vieira, um socialista, ao Dr. Amílcar Almeida, e à sua pessoa, António Joaquim de Medeiros, que foram os primeiros a impulsionar o projeto.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção do Deputado Municipal Senhor Sebastião das Neves.

O Senhor Deputado afirmou que, afinal, a Sra. Ministra da Agricultura, no tempo do Primeiro-Ministro, Dr. António Costa, tinha razão. Foi contrariada, não importa como, mas, afinal, ela diz que é mentira, e a mentira só dura enquanto não chega à verdade.

Assim, oxalá seja verdade porque todas as obras que se fizerem em prol do Concelho são bem-vindas, seja qual for o valor.

Deste modo, a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente a proposta.

Intervenção da Deputada Municipal Senhora Dra. Isabel Barreira.

A Senhora Deputada, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, esclareceu que votou contra a inserção do ponto na ordem de trabalhos porque entende que isto devia vir mesmo na ordem de trabalhos e devidamente instruído com a documentação que fosse necessária. Não obstante, não deixou de se congratular por este projeto e por ter havido uma concertação de ideias entre os vários partidos em benefício do Concelho. Obviamente, votará favoravelmente a proposta em apreço.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, António Joaquim de Medeiros.**

Resposta ao Deputado Municipal Senhor Sebastião das Neves.

O Senhor Presidente da Câmara, assegurou que a Senhora Ministra mentiu quando disse que não havia processo (não é projeto), e o processo estava lá. E estava lá porque foi impulsionado pelo

Dr. Luís Vieira. Lamentou que o Sr. Dr. Amílcar Almeida, então Presidente da Câmara, não tenha desmentido a Ministra de imediato.

Sublinhou que se deve retirar a política deste assunto, até porque o PS já teve bons Ministros da Agricultura, mas a verdade é que o processo existe e está agora em marcha.

Resposta à Deputada Municipal, Senhora Dra. Isabel Barreira

O Senhor Presidente da Câmara, deixar também um especial agradecimento ao atual Ministro da Agricultura, Dr. José Manuel Fernandes, reiterando, ainda, o trabalho do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Eng.º Jorge Pires, o Sr. Dr. Luís Vieira e a todos os membros desta Assembleia que aprovarão, certamente, a proposta.

De seguida, e não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO**.

Sendo dezassete horas e trinta minutos e não havendo mais nada a tratar, pelo **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata.

O Presidente da Assembleia Municipal

António Sernache de Sousa

O 1º Secretário

Prof.ª Maria Odete do Canto Cunha Gonçalves

O 2º Secretário

António Escudeiro